



5 ANOS

DE PUBLICAÇÃO ININTERRUPTA!



William Terin

A FORÇA DA EXPRESSÃO ANGOLANA



Filiada à
**ABEC
BRASIL**
Associação Brasileira de Editores Científicos



Platform &
workflow by
OJS / PKP



www.primeiraevolucao.com.br

Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Vilma Maria da Silva

Organização: Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.57>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac Chateaufeuf
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac Chateaufeuf
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Profa. Dra. Thais Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Dr. Isac Chateaufeuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos

Web-edição:

T.I Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuefrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 6, n. 57 (fev. 2025). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2025. 158 p. : il. color

Bibliografia

Publicação contínua desde 2020.

Bimestral

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.57

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2025

Publicada no Brasil por:

Edições **Livro Alternativo**

CNPJ: 28.657.494/0001-09

05 EDITORIAL

Antônio R. P. Medrado / Manuel Francisco Neto

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac Chateaneuf

08 DESTAQUE **WILLIAM TERIN** A força da expressão angolana

12 Educação & Literatura

Mirella Clerici Loayza

13 Agenda

15 POIESIS

J. Wilton

17 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins



ARTIGOS

1. **GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NA CIDADE EDUCADORA DE SÃO PAULO: O PAPEL DO COORDENADOR, ASSISTENTE DE DIREÇÃO E SUPERVISOR**
Andreia Ferreira de Melo Faria 19
2. **MÚSICA NOS DOCUMENTOS FEDERAIS: VARREDURA DOCUMENTAL**
Andréia Novaes Souto Ribeiro 25
3. **INCLUSÃO ESCOLAR DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NO ENSINO PRIMÁRIO: POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INCLUSÃO**
Antônio Ambriz Camuano 43
4. **O SIGNIFICADO DA ESCOLA PARA OS PAIS: ABANDONO E NÃO MATRICULAÇÃO ESCOLAR NA COMUNIDADE DE JAMBA YA NGANDZI, MUNICÍPIO DE CHITEMBO, PROVÍNCIA DO BIÉ - REPÚBLICA DE ANGOLA**
César Horácio Guelengue Pataca 49
5. **A PRESENÇA DAS FIGURAS DE SOM EM LETRAS DE MÚSICAS NACIONAIS**
Cleia Teixeira da Silva 57
6. **A EXTREMA POBREZA EM ANGOLA: CONSEQUÊNCIA DA AUSÊNCIA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO SISTEMA DE ENSINO**
Constantino Joao Manuel 65
7. **O APRENDER ATRAVÉS DA ÁREA DO CONHECIMENTO HISTÓRIA**
Dameres Floriano Nunes Gonçalves 73
8. **A IMPORTÂNCIA DOS ELEMENTOS DA NATUREZA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**
Edneia Machado de Alcântara 85
9. **APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL COMO GARANTIA DO DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS DAS EMPRESAS**
Edson da Conceição Graça 91
10. **O RECREIO: TEMPO E ESPAÇO DE INTERAÇÃO E APRENDIZAGEM**
Jeneroso João André /Beatriz Pereira 99
11. **O DESPERTAR PELA LEITURA**
Joice Botelho Silva 107
12. **ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA: CENÁRIO ATUAL**
José Wilton dos Santos 113
13. **O USO DAS ARTES VISUAIS COMO PRÁTICA DE ENSINO**
Josefa Bezerra de Meneses 123
14. **IMPACTO DA PLANIFICAÇÃO AO ALCANCE DA EXCELÊNCIA EDUCATIVA**
Manuel Francisco Neto /Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco 129
15. **O AMBIENTE ALFABETIZADOR E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DOS ESTÍMULOS VISUAIS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO**
Mirella Clerici Loayza 133
16. **A PSICOPEDAGOGIA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONTRIBUIÇÕES, DESAFIOS E A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS**
Rosinalva de Souza Lemes 139
17. **TRATAMENTO DESIGUAL AOS PROFESSORES DO ENSINO PRIVADO ANGOLANO**
Wilder Dala Quijango 145

ESTA REVISTA É MANTIDA E FINANCIADA POR PROFESSORAS E PROFESSORES. SUA DISTRIBUIÇÃO É, E SEMPRE SERÁ, LIVRE E GRATUITA.

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial idealizado pela **Edições Livro Alternativo** com o objetivo de **empoderar e inspirar educadores** na jornada de compartilhar suas pesquisas, estudos, experiências e relatos de vivências.

UM CORPO EDITORIAL DE EXCELÊNCIA:

Nossa equipe conta com especialistas, mestres e doutores(as), todos com vasta experiência na rede pública de ensino, além de profissionais experientes nas áreas do livro e da tecnologia da informação. Essa expertise garante a qualidade e o rigor científico das publicações da revista.

INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA:

Um dos nossos diferenciais é a total independência, viabilizada pelo **financiamento colaborativo de professores e professoras**. Essa autonomia nos permite defender a liberdade de expressão e a diversidade de ideias, priorizando a qualidade dos conteúdos e o impacto positivo na educação.

PROPÓSITOS QUE IMPULSIONAM A TRANSFORMAÇÃO:

- **Promover o debate** crítico e reflexivo sobre os diversos aspectos da educação, com base nas vivências, pesquisas, estudos e experiências dos profissionais da área;
- **Proporcionar a publicação** de livros, artigos e ensaios que contribuam para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento profissional dos educadores;
- **Apoiar a publicação** de obras de autores independentes, democratizando o acesso à informação e promovendo a diversidade de vozes;
- **Incentivar o uso de softwares livres** na produção de materiais didáticos e na difusão do conhecimento, promovendo a inclusão digital e a redução de custos;
- **Fomentar a produção de livros** por professores e autores independentes, reconhecendo e valorizando a experiência e o saber dos profissionais da educação;

PRINCÍPIOS QUE GUIAM A NOSSA ATUAÇÃO:

- **Priorizar trabalhos voltados para a educação**, cultura e produções independentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- **Utilizar exclusivamente softwares livres** na produção de livros, revistas e materiais de divulgação, promovendo a transparência, a colaboração e a acessibilidade;
- **Incentivar a produção de obras coletivas** por profissionais da educação, fomentando a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos;
- **Publicar e divulgar livros de professores** e autores independentes, valorizando a diversidade de vozes e perspectivas na educação;
- **Respeitar a liberdade e autonomia** dos autores, garantindo a originalidade e a autenticidade das obras publicadas;
- **Combater o despotismo, o preconceito e a superstição**, defendendo os valores da democracia, da tolerância e do respeito à diversidade;
- **Promover a diversidade e a inclusão**, valorizando as diferentes culturas, identidades e experiências presentes na comunidade educacional.

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é mais do que uma revista, é um movimento pela transformação da educação, um espaço para a colaboração, o aprendizado e a inovação.

Junte-se a nós e faça parte da construção de um futuro mais promissor para a educação!

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS



Indexadores: _____



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres





INCLUSÃO ESCOLAR DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NO ENSINO PRIMÁRIO: POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INCLUSÃO

ANTÓNIO AMBRIZ CAMUANO¹

RESUMO

O presente artigo aborda a problemática da inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais no ensino regular do Ensino Primário. O estudo visa contribuir e promover questionamentos através de uma análise sobre as Políticas Educacionais Inclusivas no âmbito da educação primária. Apesar do esforço do Estado angolano em apoiar a política de inclusão, ainda há mudanças necessárias para a emancipação dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, principalmente com a participação da família, objetivando uma escola de qualidade para todos. A investigação foi realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica, procedendo-se de leituras analíticas em livros, documentos normativos e artigos científicos submetidos a uma seleção sistematizada do tema em questão, visando compreender o melhor contexto de aprendizagem no processo educativo das crianças com NEE, e de que modo evoluíram as teorias, os conceitos e as práticas que determinam esse contexto. Nesse processo evolutivo procura-se determinar em que bases se pode defender uma mudança de paradigma e de que modo essa mudança se traduz nas atitudes, nas estruturas, nas práticas educativas e na formação dos professores. A bibliografia consultada veio comprovar a necessidade que as crianças com NEE têm em estar junto dos seus pares e a frequentar as escolas normais como qualquer outra criança.

Palavras-chave: Inclusão Escolar; Necessidades Educativas Especiais; Ensino Primário.

INTRODUÇÃO

Muito se tem defendido pela inclusão no Ensino Primário, mas nem sempre com assertividade, porque tem se observado que um dos grandes desafios da actualidade é criar condições para que as escolas existentes possam atender as Necessidades Educativas Especiais (NEE), que trabalhem as diferenças e potencialidades individuais como factor de crescimento para todos os alunos. Para efeito, é necessário, buscar alternativas que resultem em

transformações positivas nas escolas regulares para que estas possam receber alunos com NEE.

A escolha do tema justifica-se pelo facto de que no exercício das funções como docente do Ensino Primário, teve-se oportunidade de constatar alguma falta de preparação dos docentes para enfrentar o desafio de terem na sua sala de aula crianças com NEE. Assim, a bibliografia defende a inclusão como melhor forma de atender esses alunos, foi nosso propósito fazer uma pesquisa bibliográfica, que

¹ Licenciado em Pedagogia e Mestre em Pedagogia do Ensino Superior no ISCED-Luanda. Professor Colaborador do ISCED de Luanda do Projecto Revitalização do Ensino Técnico e da Formação Profissional de Angola. Professor do Ensino Primário do Complexo Escolar Emirais.

permitiu analisar as diferentes obras que tratam da temática em questão para analisar a política de inclusão em Angola, saber se as escolas do Ensino Primário estão cumprindo o seu papel com as estratégias que permitam a inclusão dos alunos de forma mais autónoma.

1. EDUCAÇÃO PARA TODOS

A educação é um dos principais valores para todas as pessoas independentemente da sua raça, credo, cor etc. assumida em todas as declarações de direitos humanos.

Em Angola, tal como no resto do mundo, a educação é vista como um direito fundamental de todas as pessoas como está bem explícito no 79º artigo da Constituição da República que refere o seguinte: "O Estado promove o acesso de todos à alfabetização, ao ensino (...)" e a Lei de bases do Sistema de Educação e Ensino, Lei nº 17/16 de 07 de Outubro no artigo 12º, diz que a educação é obrigatória e o Estado assegura e promove o acesso e a frequência ao Sistema de Educação e Ensino a todos os indivíduos em idade escolar.

Nesta senda, a educação deve ser vista como direito fundamental do ser humano porque, conforme ensina Canotilho citado por Ferreira (2011), os direitos fundamentais são direitos dos indivíduos perante o Estado.

Assim sendo, a educação não deverá contemplar apenas alguns achando-se que as pessoas com deficiência nunca serão capazes de aprender. Segundo Faure (1972) citado por Ferreira (2011, p.18). *"Todo o ser humano é educável, vem ao mundo com um lote de potencialidades que tanto podem abortar como tomar forma em função das circunstâncias favoráveis ou desfavoráveis onde é chamado a evoluir."*

Na mesma linha de pensamento, Freire (2000) reforça que a educação é um direito humano, fundamental e indispensável que deve beneficiar todas as pessoas mesmo que estas tenham algum tipo de deficiência sem que seja discriminada pela sociedade em que está

inserida. No dizer de Paulo Freire, não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio.

É indispensável falar da inclusão sem referir a problemática da "Educação Para Todos". O tema "Educação Para Todos" surgiu no ano de 1990, na sequência de uma Conferência Mundial que se realizou na Tailândia e que teve como objectivos proporcionar educação básica a todas as crianças e reduzir drasticamente o analfabetismo entre os adultos até ao final da década.

Posteriormente o Fórum Mundial da Educação que decorreu em Dacar, no Senegal, em 2000, veio reafirmar o empenhamento na Educação Para Todos ficando determinado que todas as crianças devem ter acesso a educação básica gratuita e de boa qualidade, tendo então sido definidos seis objectivos que deverão integrar o programa de educação para todos.

Dentre os objectivos do programa "Educação Para Todos", destacam-se os seguintes:

- Desenvolver e melhorar a protecção e a educação da primeira infância, nomeadamente das crianças mais vulneráveis e desfavorecidas".
- Garantir o acesso a um ensino primário obrigatório gratuito e de boa qualidade;
- Garantir que a educação seja adaptada às necessidades dos alunos;
- Promover a inclusão e a equidade.

Como pode-se notar, o programa Educação Para Todos visa garantir as condições para que todos recebam tratamento igual e justo no contexto académico, dentro de um contexto de respeito pelas crenças, pelas opiniões, pelos comportamentos e pelas capacidades dos outros.

CONCEITO DE INCLUSÃO

A palavra inclusão deriva do verbo incluir, originado do latim *includere*, correspondendo a inserir, introduzir, acrescentar ou abranger. Seria equivalente ao verbo incluir a frase "colocar também" (Roquette, 1928 citado por Henriques,

2012). O termo refere à conduta de inserir alguém ou alguma coisa em algum lugar.

Passemos então a uma breve análise da perspectiva de diferentes autores, de forma a poder perceber a complexidade desta temática.

Segundo vários autores, inclusão significa atender o aluno com NEE, incluindo aquele com NEE significativas, na classe regular com o apoio dos serviços de educação especial (Friend & Bursuck, 1996; W. Stainback & S., Stainback, 1996). Isto quer dizer que o princípio da inclusão engloba a prestação de serviços educacionais apropriados para toda a criança com NEE, incluindo as com NEE significativas, na classe regular.

Na mesma linha de pensamento, Correia, (2008) define inclusão é a inserção do aluno na classe regular, onde, sempre que possível, deve receber todos os serviços educativos adequados, contando-se, para esse fim, com um apoio apropriado (docentes da educação especial, outros técnicos, pais etc.) às suas necessidades.

De acordo com o princípio da Declaração de Salamanca, a inclusão pressupõe que todas as crianças e alunos tenham uma resposta educativa num ambiente regular que lhes proporcione o desenvolvimento das suas capacidades. (UNESCO, 1994).

INCLUSÃO VS INTEGRAÇÃO

Por vezes, a educação inclusiva pode ser confundida com outros conceitos, como a integração. Por mais que estejam falando de processos semelhantes, esses termos diferem no que diz respeito às dinâmicas nas escolas e sala de aula.

De acordo com Mantoan (2005, p. 9) o objectivo da integração é inserir um aluno, ou grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Em outras palavras, a escola integrativa separa os alunos em “normais e os deficientes”.

A inclusão fala sobre um processo em que se criam condições para que pessoas com deficiência consigam participar das actividades escolares com os demais alunos. Para isso, são mobilizados recursos e apoio para que esses

estudantes consigam acompanhar e se adaptar à realidade escolar. (Moura et al. 2021).

Com base o acima exposto, A inclusão vai muito além. Esse conceito coloca em cheque o que a sociedade acredita ser “normal” e parte do princípio de que existe uma heterogeneidade entre as pessoas. Logo, a diferença é valorizada, respeitada, acolhida e reconhecida em todos os níveis.

Correia (2010) clarifica que o conceito de inclusão, ultrapassa em muito o conceito de integração, uma vez que não pretende posicionar o aluno com NEE numa “curva normal” mas sim assumir que a heterogeneidade que existe entre os alunos é um factor muito positivo, permitindo o desenvolvimento de comunidades escolares mais ricas e mais profícuas. O mesmo autor acrescenta que a inclusão procura, assim, levar o aluno com NEE às escolas regulares e, sempre que possível, às classes regulares, onde, por direito, deve receber todos os serviços adequados às suas características e necessidades.



Fonte: Cruzoletto (2015).

Com base na imagem acima, fica claro que, a inclusão trata de um movimento de mudar e melhorar a educação para acolher a todos, e não segregar pessoas por suas diferenças. Ou seja, não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar.

INCLUSÃO NO ENSINO PRIMÁRIO: PAPEL DA ESCOLA E DO PROFESSOR

Nos dias actuais, milhares de pais/ encarregados de educação retiram os filhos da escola por razões directamente relacionadas com a falta de inclusão, a discriminação activa e a ausência de ferramentas ou estratégias educativas adequadas às pessoas com NEE.

Apesar da criação da legislação que assegurem a inclusão escolar, é evidente que são necessários mais esforços das instituições com o objectivo de proporcionar uma educação para todos.

Nesta ordem de ideias, Correia (2008) aconselha que deve-se criar salas de recursos bem como aquisição de equipamentos, mobiliário adaptado e materiais pedagógicos para as escolas do Ensino Primário.

As escolas inclusivas devem a contratar intérpretes, instrutores, professores especializados e formação específica para professores nas áreas de deficiência mental, visual, auditiva e altas habilidades/superdotados para actuar nas escolas regulares.

A escola deve aceitar os alunos com deficiência e realizar as adaptações necessárias para que eles tenham seu direito à educação garantido, conforme espelha o Artigo 11º do Decreto Presidencial nº 20/11 de 18 de Janeiro que aprova o Estatuto da Modalidade de Educação Especial.

Cabe também à escola, flexibilizar o currículo para atender às necessidades individuais dos alunos, adequar a estrutura do prédio, os métodos de ensino adoptados, e preparar salas e ambientes multifuncionais e inclusivos. Nesta senda, inclui pensar em acessibilidade e no ajuste de diversas instalações, como banheiros, que precisam ter sanitas adequadas para pessoas com NEE.

Outra preocupação que a escola deve ter é fornecer aos seus professores, fundamentais para lidar com esses alunos, bem como as adaptações e os equipamentos que forem necessários ao seu aprendizado. Reuniões entre os professores e os favorecem a troca de experiências e o aprendizado.

O Estado e a escola desempenham um papel importante na política de inclusão, mas a parte boa é que os professores também têm um papel essencial a desempenhar no alcance desse objectivo, através de estratégias que permitam aos alunos do ensino primário identificarem-se com os valores que representam a inclusão.

Os professores do Ensino Primário devem desenvolver várias estratégias de inclusão. Estratégias essas como: elaborar planos de aula inclusivos; criar actividades que valorizem as diferenças e as inteligências múltiplas; integrar os alunos com NEE ao convívio com os outros alunos; oferecer adaptações e suportes aos alunos com NEE; ampliar o conhecimento dos alunos sobre as deficiências existentes.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ORIENTADA PARA INCLUSÃO ESCOLAR

Quatro anos após a Independência de Angola, em 1979, foi implementado a educação especial, pela circular nº 56 de 19 de Outubro, na sequência e por orientação do despacho do então Senhor Ministro Ambrósio Lukoki, data a partir da qual se criaram as condições mínimas indispensáveis, permitindo pôr em funcionamento as escolas de educação especial, cuja meta é educar a população com NEE.

Dois anos mais tarde, cria-se o Departamento Nacional para a Educação Especial. A partir desta data começou o atendimento de pessoas com necessidades educativas especiais. Este atendimento era fundamentalmente para crianças com deficiências, visual e auditiva. No entanto para as crianças deficientes mentais, devido às condições económicas e sociais, nomeadamente, a falta de recursos financeiros levou à aberturas das primeiras salas especiais nas escolas do ensino geral.

Em Angola, existe no ensino primário a escola regular e escola especial separadamente. Nos últimos anos, o Estado angolano tem promovido a educação inclusiva visando acabar com essa separação. Ela é a educação especial na escola regular para permitir a convivência e a integração social dos alunos com deficiência, favorecendo a diversidade.

Na legislação angolana pode-se observar alguma preocupação com a inclusão instituindo políticas que assegurem o direito dos alunos com NEE, nomeadamente a Constituição da República

de Angola, a Lei n.º 21/12, de 30 de Julho (Lei da Pessoa com Deficiência), a Lei n.º 10/16, de 27 de Julho (Lei das Acessibilidades), o Decreto Presidencial n.º 20/11 de 18 de Janeiro que aprova o Estatuto da Modalidade de Educação Especial, o Decreto Presidencial n.º 187/17 de 16 de agosto que aprova a Política Nacional de Educação Especial Orientada para a Inclusão Escolar entre outras convenções.

“O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresente. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola”. (UNESCO, 1994 p. 11-12).

Como base os conceitos dos autores acima, concorda-se que a inclusão se trata de um processo que visa a proporcionar igualdade de oportunidades e de acesso a todos.

Falar de uma Educação Inclusiva que pressupõe, entre outras coisas, a inserção de alunos com deficiência em classes comuns do ensino regular, é falar de uma pedagogia de suporte para que as diferenças não sejam meros pretextos para a não-aprendizagem.

Assim, formar professores competentes e qualificados pode ser o alicerce para que se garanta o desenvolvimento de todos os alunos, entre eles, os com deficiências. Essa tarefa não é simples, de acordo com Silva (2007), a formação inicial deve ser capaz de levar o professor a assumir uma postura reflexiva permanente sobre seu ensino.

Ainda para o autor, será necessário prestar uma maior atenção ao contexto social, político e cultural da escola, com a finalidade de fazer o professor em formação compreender que a tolerância e a flexibilidade diante das

diferenças individuais, sejam do tipo que forem, deve ser uma forma de comportamento habitual na sala de aula, fortalecendo uma formação capaz de enfrentar os desafios de uma educação pluralista.

“As universidades podem desempenhar um papel consultivo importante na área das necessidades educativas especiais, em particular no que respeita a investigação, a avaliação, a formação de formadores, a elaboração de programas de formação e produção de materiais (...)” In Declaração de Salamanca, UNESCO, 1994.

Em Angola as escolas de formação de professores tanto a nível médio como superior, englobam na sua grelha curricular cadeiras relacionadas às Necessidades Educativas Especiais, o que significa que há uma ligeira preocupação em políticas inclusivas.

A política de inclusão pressupõe melhoria educativa e social, uma vez que, ela preocupa-se com os grupos marginalizados, excluídos e vulneráveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em gesto conclusivo, nota-se avanços consideráveis, como a promulgação por órgãos competentes da educação de leis, decretos, resoluções, e outros, além de mobilizações de grupos de apoio, comunidades ocorridas principalmente por essa causa ter sido “abraçada” pelos docentes, protagonistas também desse cenário. No entanto, muita ainda se tem por fazer. As demandas ocorrem de diversas áreas e níveis dentro do ambiente escolar e a tão sonhada educação inclusiva ainda assusta um pouco os docentes e outros profissionais ligados diretamente a essa realidade, que é um desafio a ser enfrentado, visto que a maioria das instituições de ensino primário ainda carecem de recursos multifuncionais, capacitação, infraestrutura física, equipa de apoio, entre outros factores essenciais à prática da inclusão.

A educação inclusiva ainda está em fase de implementação em Angola, por isso, são muitos os desafios a serem enfrentados. O maior

deles ainda é a falta de preparação e capacitação dos professores para lidarem com os alunos com deficiência. O número de professores especialistas em máquinas Braille, por exemplo, ainda está aquém do desejado. Acrescentando a isso, muitas também não têm os recursos financeiros necessários para fazer as adaptações ou comprar os equipamentos fundamentais às necessidades de seus alunos com deficiência.

É importante realçar que os benefícios da inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais na escola regular são evidentes (apesar das dificuldades), e todos "lucram" com ela, crianças ditas "normais", crianças com NEE, pais, professores e até mesmo a sociedade.

Finalmente, considera-se que é possível implementar uma Escola Inclusiva, que apesar de não ser perfeita é um lugar onde todas as crianças com necessidades especiais são vistas e tratadas como iguais pelos seus docentes e acima de tudo pelos seus pares pedagógicos, tendo exactamente os mesmos direitos que todas as outras crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGOLA. Constituição da República de Angola: Assembleia Nacional. Luanda. 2010

ASSEMBLEIA NACIONAL. Lei n.º 17/16 de 07 de Outubro. Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Assembleia Nacional. Luanda. 2016.

ASSEMBLEIA NACIONAL. Lei n.º 10/16, de 27 de Julho. Lei das Acessibilidades, Luanda. 2016.

ASSEMBLEIA NACIONAL. Lei n.º 21/12, de 30 de Julho. Lei da Pessoa com Deficiência. Luanda. 2012.

CORREIA, L. M. Educação Especial e Inclusão: considerações para a educação com sucesso. 2ª ed. Porto: Porto Editora, 2008.

CORREIA, L. M. Inclusão e Necessidades Educativas Especiais: Quem disser que uma sobrevive se a outra, não está no seu perfeito juízo, 2ª ed. Rev. e actual. Porto: Porto Editora, 2010.

CRUZOLETTO, J.V. A diferença entre exclusão, segregação, integração e inclusão. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/jvconsultoriaepesquisa/photos/a.938242972892933.107371833.909889165728314/109747233636662/?type=3&theater>>.

DECRETO PRESIDENCIAL n.º 20/11 de 18 de Janeiro. Aprova o Estatuto da Modalidade de Educação Especial. Luanda, 2011.

DECRETO PRESIDENCIAL n.º 187/17 de 16 de agosto. Aprova a Política Nacional de Educação Especial. Assembleia Nacional. Luanda. 2017.

FERREIRA, D. C. V. A Inclusão de crianças com Necessidades Educativas Especiais no ensino regular. Dissertação de mestrado, Escola Superior de Educação Almeida Garrett, Lisboa. 2011.

FREIRE, P. Pedagogia da indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP. 2000.

FRIEND, M. & BURSUCK W. Including students with special education needs: A practical guide for classroom teachers. Boston: Allyn and Bacon. 1996.

HENRIQUES, J. C. A Inclusão de Crianças com Necessidades Educativas Especiais no 1º Ciclo. Dissertação de mestrado, Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa, Portugal. 2012.

MANTOAN, M.T.E. A hora da virada. Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília, v. 1, n. 1, p. 24-28. 2005.

MOURA, A.F; FIGUEIRA, C. & AMARAL JOÃO PAULO. Manual de Educação Especial para Professores do Ensino Primário: Projecto Aprendizagem para todos. Ministério da Educação. Angola. 2021.

SILVA, M.O.E. A Análise de necessidades de formação de professores como estratégia para a construção de uma escola inclusiva. Revista Lusófona de Educação. 2007.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien. 1990.

UNESCO. Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área das Necessidades Educativas Especiais. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e qualidade. Salamanca. Espanha. 1994.





COORDENAÇÃO:
 Manuel Francisco Neto
 Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Andreia Ferreira de Melo Faria
 Andréia Novaes Souto Ribeiro
 António Ambriz Camuano
 César Horácio Guelengue Pataca
 Cleia Teixeira da Silva
 Constantino João Manuel
 Damares Floriano Nunes Gonçalves
 Edneia Machado de Alcântara
 Edson da Conceição Graça
 Jeneroso João André / Beatriz Pereira
 Joice Botelho Silva
 José Wilton dos Santos
 Josefa Bezerra de Meneses
 Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda
 Caneca Gunza Francisco
 Mirella Clerici Loayza
 Rosinalva de Souza Lemes
 Wilder Dala Quijango

doi <https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.57>



Em parceria com:



Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres

